



Daniel Kujawa/ISA

## O recado dos povos da floresta

Indígenas, ribeirinhos, extrativistas e quilombolas protagonizam campanha dos 25 anos do ISA e afirmam: Vamos seguir resistindo. **p.8**



© MARCELO SALAZAR/ISA

### Rede Xingu + registra 92 mil ha desmatados na Bacia do Xingu

Esses são os números, de janeiro a julho, divulgados pelo Sirad X, que monitora o desmatamento na região. **p.13**



© CLAUDIO TAVARES/ISA

### Sistema Agrícola Tradicional Quilombola é celebrado em mutirão

Em junho, o quilombo de São Pedro, no Vale do Ribeira, realizou um mutirão para colheita de milho, reunindo quilombolas da região. **p.4**



© ROGÉRIO ASSIS/ISA

Produção de óleo de pequi, na Aldeia Ngôjhwêrê dos Kisêdjê, Terra Indígena Wawi

## Povo Kisêdjê é premiado pela ONU por óleo de pequi

O trabalho de longo prazo dos indígenas da Terra Indígena Wawi (MT), no Território Indígena do Xingu (TIX), começou a dar resultados. Foram 315 litros do Óleo de Pequi do Povo Kisêdjê do Xingu, Hwin Mbê, produzidos em 2018. O início foi em 2006 quando 263 pés de pequis foram plantados em três hectares de uma área degradada próxima à aldeia Ngôjhwêrê, onde antes da demarcação da terra havia fazendas. Em 2011, começou a extração do óleo em uma mini usina instalada na aldeia. Hoje, são 3.000 pés de pequis plantados em 63 hectares envolvendo cinco aldeias. Esta foi a primeira vez que os Kisêdjê ultrapassaram a marca dos 300 litros produzidos em um ano.

Reconhecido nacionalmente pelo Selo Origens Brasil® e internacionalmente pelo movimento Slow Food, que apoia e protege produtos da biodiversidade no mundo, esse trabalho é coordenado pela Associação Indígena Kisêdjê (AIK) com apoio técnico do Instituto Socioambiental (ISA) e financeiro do Instituto Bacuri e do Grupo Rezek.

Além de comemorar a produção recorde, os Kisêdjê tem outro motivo para festejar. A AIK venceu o Prêmio Equatorial 2019, concedido a cada dois anos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para soluções locais e indígenas de desenvolvimento sus-

tentável. Foram 847 candidaturas de 127 países, e apenas 22 associações premiadas. Em 2017, outro produto do TIX, o Mel dos Índios do Xingu, também ganhou o prêmio.

### SAIBA MAIS EM:

<https://isa.to/2RxiczM> e  
<https://bit.ly/2ZePg3j>

## Curtas

### Quilombolas do Vale do Ribeira celebram Sistema Tradicional Agrícola com mutirão

Foi em junho, debaixo de uma chuva constante, que comunidades quilombolas se reuniram em puxirão (mutirão) no quilombo São Pedro, no Vale do Ribeira, para a colheita do milho. Puxirão ou mutirão é expressão da tradição quilombola e significa ajudar uns aos outros nas tarefas do campo. O trabalho começou muito cedo e horas depois a colheita do milho chegou ao fim. Tempo de descansar, comer e recuperar forças para o tradicional baile que vara a noite. O coordenador-geral de Patrimônio Imaterial do Iphan, Deyvesson Gusmão, aproveitou a oportunidade para entregar aos representantes de 10 comunidades do Vale do Ribeira um certificado do registro do Sistema Agrícola Tradicional Quilombola como patrimônio imaterial, reconhecido pelo órgão federal em setembro de 2018. O desafio, agora, é salvaguardar esse patrimônio, mantê-lo vivo, um trabalho permanente para garantir o território e transmitir o conhecimento para as novas gerações, sempre tentadas a buscar a vida nas cidades próximas.

### SAIBA MAIS EM:

<https://isa.to/31pvPXM>



### Mistura de babaçu com cacau entra na merenda das escolas do Xingu

Os bons resultados da entrada da farinha do coco babaçu nas merendas de crianças de escolas municipais da região de Altamira (PA), com a campanha Da Floresta para a Merenda!, que teve apoio da cozinheira Bela Gil e da nutricionista Neide Rigo, foi o primeiro passo para o desenvolvimento de um novo produto: a Mistura para bolo (ou mingau) de babaçu com cacau, que leva a marca Vem do Xingu e o Selo Origens Brasil®.

A entrega de 4,5 toneladas do produto entre 2017 e 2018 para as prefeituras é um selo de qualidade para o trabalho de indígenas, ribeirinhos e agricultores, em parceria com a empresa Cacauway, que vivem em comunidades nas áreas protegidas da Terra do Meio (PA), pressionadas há décadas pela grilagem e pelo roubo de madeira.

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://bit.ly/2lRkSgR>



© ROBERTO ALMEIDA/ISA

*Crianças experimentaram e aprovaram o novo produto*

Com maior valor agregado e fácil de preparar, a ideia da mistura para bolo ou mingau nasceu de uma conversa com Daniele Damasceno, nutricionista do município de Vitória do Xingu (PA), que se entusiasmou com a possibilidade de oferecer para os alunos da rede municipal um produto pronto para as merendeiras, que poderiam trabalhá-lo facilmente, e para as crianças, que adoram chocolate. Deu certo!

### Receitas de sucesso

Fruto do extrativismo dos beiradeiros e indígenas e beneficiado nas mini usinas na Terra do Meio, o babaçu foi a estrela do concurso de merendeiras de Vitória do Xingu, que encerrou a Semana do Extrativismo (Semex), realizada no início de junho (veja à pag 6). Nove merendeiras, de um total de 38 inscritas, criaram receitas utilizando o produto, parte de uma iniciativa para impulsionar a comercialização e aceitabilidade do babaçu nos mercados institucionais.

As vencedoras foram Edineide da Silva, Joelma da Silva Santos e Girlene Sousa, que criaram receitas para a merenda escolar do município. Vitória do Xingu compra a farinha do coco babaçu desde 2017 e hoje 23 escolas consomem o produto. No último ano, foram comercializadas 1,6 toneladas de farinha de babaçu, além de 400 quilos da mistura para bolo com cacau, que fez sucesso no prato das crianças. A farinha de babaçu e mais dez produtos da floresta, como a castanha e a borracha, são produzidos por beiradeiros e indígenas, e foram

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2XsSqeI>

comercializados pela Rede de Cantinas da Terra do Meio em 2019.



© JULO CLARETO/ISA

*Edineide André Nascimento da Silva, uma das vencedoras do Concurso das Merendeiras*



© SILVIA FURTADO/ISA

Adriana Ramos (à esq.), do ISA, e Joenia Wapichana, advogada e deputada federal, no evento em Manaus

### Luta de comunidades amazônicas por energia limpa é registrada em filme e debatida em simpósio

Com três episódios, a websérie “Floresta Iluminada - energia limpa para os povos da Amazônia”, foi lançada na Feira Simpósio Energia e Comunidades, realizada em março em Manaus e organizada pelo ISA e mais 12 organizações, redes e movimentos da sociedade civil.

Uma das principais mensagens do filme é a de que o País precisa encontrar soluções modernas e sustentáveis para garantir energia às comunidades amazônicas. No Brasil, a eletricidade é conduzida pelos caminhos da desigualdade: atualmente, 98% da população brasileira têm acesso à energia elétrica. Mas, de acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), pelo menos 500 mil famílias no Brasil ainda não são atendidas pelas distribuidoras. Deste total, 70% está na Amazônia. São milhões de pessoas em busca de energia para garantir educação, transporte, saúde, trabalhar, se comunicar.

Além da exibição da websérie, a feira promoveu um simpósio que discutiu alternativas energéticas para essas comunidades. O projeto “Xingu Solar” foi tema de debate no simpósio. Em curso desde 2015, no

Território Indígena do Xingu (TIX), tornou-se uma referência em soluções de energia renovável em comunidades isoladas. Participaram do simpósio o Instituto Energia e Meio Ambiente (Iema), o Instituto Socioambiental (ISA), a Associação Terra Indígena Xingu (Atix) e o Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE-USP). Em pesquisa, o Iema avaliou os impactos econômicos do uso de painéis solares no TIX e os aspectos socioculturais e comportamentais locais com relação ao acesso à eletricidade. A pesquisa também mostrou que as comunidades locais preferem energias renováveis devido à segurança energética por não depender da disponibilidade de combustíveis fósseis, além dos benefícios ambientais.

Ao final da feira e simpósio, os organizadores divulgaram uma carta aberta em que propõem um plano nacional de eletrificação para populações em locais remotos da Amazônia. O documento pede ainda um mapeamento completo dessas comunidades, a inserção de metas para seu atendimento no Plano Decenal de Energia do governo federal, no programa Luz para Todos e nos planos das empresas distribuidoras regionais.

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2YsykHF>

### Cresce a Rede de Sementes do Vale do Ribeira

A Rede de Sementes do Vale do Ribeira e a Associação Rede de Sementes do Xingu (ARSX) reuniram-se em abril, no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar), em Iporanga (SP), para trocar experiências e botar no chão a luta que os une: fazer florestas.

Ao todo, 18 quilombolas de três comunidades do Vale discutiram a gestão dos pedidos de compra de sementes florestais, a precificação e outros pontos de beneficiamento. Milene Alves de Oliveira, coletora da ARSX, trouxe a experiência do Xingu para contribuir com as reflexões e decisões da nova rede que está em formação há dois anos e em crescimento.

Em 2018, a Rede produziu 100 kg de sementes florestais gerando renda de R\$ 12 mil – quatro vezes mais que a renda do ano anterior. O trabalho, que utiliza a técnica da muvuca, de semeadura direta, resultou em 10 hectares de áreas restauradas nas regiões

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2ZgbXFG>

de Piracicaba (SP), São Carlos (SP) e no Vale do Paraíba (SP).



© CLAUDIO TAVARES/ISA

*Quilombolas, coletores e equipe ISA reunidos durante o encontro de governança dos coletores do Vale do Ribeira*

de Piracicaba (SP), São Carlos (SP) e no Vale do Paraíba (SP).

O conhecimento tradicional dos quilombolas é a base da coleta das sementes no Vale do Ribeira. Eles reconhecem as épocas de floração e frutificação das espécies, bem como as características do terreno e as movimentações da fauna local, além de terem o Sistema Agrícola Tradicional Quilombola, patrimônio cultural e imaterial brasileiro.

### Floresta é a novidade em Brasil Novo (PA)

Em região de desmatamento histórico no Pará, famílias estão plantando sementes para reflorestar três nascentes. O trabalho é uma iniciativa do ISA em parceria com a Associação Rede de Sementes do Xingu (ARSX), que forneceu as sementes. Foi financiado pelo Projeto Amazônia Live, do Rock in Rio, em parceria com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e a Conservação Internacional (CI), instituições sem fins lucrativos. Com o apoio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Brasil Novo, foram plantados 250 quilos de sementes, de 76 espécies diferentes, com o objetivo de recuperar as nascentes existentes na região.

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2ZgbXFG>

existentes na região.



© ANA DE FRANCESCO/ISA

*Muvuca para reflorestar nascentes em Brasil Novo (PA)*

# Extrativistas fortalecem economia da floresta

Em sua sexta edição, realizada no início de junho, a Semana do Extrativismo (Semex) se consolidou como um momento chave para a construção de uma estratégia comum de produção e comercialização na região de Altamira (PA). Ali, os diferentes atores que compõem a cadeia dos produtos da sociobiodiversidade, fortalecem suas alianças e costuram contratos que valorizam a floresta, quem nela vive e produz: beiradeiros e indígenas.

“Não foi fácil chegar até aqui”, disse Raimunda Rodrigues para a plateia de mais de 100 pessoas na sala do Centro de Formação Bethânia, em Altamira. Ela é beiradeira, como é conhecida a população que vive nas beiras dos rios na Terra do Meio, e mora em Rio Novo, na Reserva Extrativista (Resex) Rio Iriri (PA). Juntamente com indígenas e demais beiradeiros da região, Raimunda foi até a cidade para conversar cara a cara com empresas, representantes do governo e do terceiro setor sobre a economia da floresta. Beiradeiros e indígenas são protagonistas de uma articulação única que aproxima a produção das comunidades com mercados justos.

Castanha, borracha, copaíba, cumaru, entre outros, compõem uma cesta de 11 produtos florestais não madeireiros que são comercializados de forma transparente com a garantia de manter a floresta em pé. Hoje, 27 cantinas compõem a Rede de Cantinas espalhadas pelas Resex da Terra do Meio, que comercializou R\$ 2,08 milhões só em 2018.

Com sete contratos firmados com empresas como a Mercur, Firmenich, Wickbold e prefeituras de municípios da região, a Rede tem mais nove parcerias comerciais em negociação. O fortalecimento das cadeias dos produtos da floresta é essencial para garantir a integridade do território. “Se o território não estiver íntegro, protegido, cuidado, não tem economia da floresta. Mas se não tiver uma economia que valoriza essa flores-

ta, não tem território”, diz Rodrigo Junqueira, assessor do ISA.

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2XTi6dd>



© LILIO CLARETO/ISA

Indígenas, ribeirinhos, organizações apoiadoras e empresas na VI Semana do Extrativismo em Altamira (PA)

## Selo Origens Brasil® é premiado pela FAO

Em cerimônia na sede da FAO em Roma, a Rede Origens Brasil® ganhou o Prêmio Internacional de Inovação para a Alimentação e Agricultura Sustentáveis que tem o objetivo de reconhecer inovações no mundo capazes de contribuir para a transformação dos sistemas alimentares, reduzir a fome no mundo e para a segurança alimentar da agricultura familiar. Origens Brasil® inclui produtores, empresas e consumidores e foi concebida pelo Imaflores e pelo ISA para mudar a forma convencional de se fazer negócios com os produtos da sociobiodiversidade estimulando negócios éticos e transparentes.

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://bit.ly/31PB1TB>



© FAO/GIUSEPPE CAROTENUTO

Patrícia Cota Gomes, do Imaflores, com o kayapó Bepnhoti Atydjare (à esq.) e Adriano Jerolimski, na entrega do prêmio

### Movimento das Yarang comemora 10 anos de vida

O Movimento das Mulheres Yarang, do Território Indígena do Xingu (MT) festejou em julho, na aldeia Moygu, dos Ikpeng, no Território Indígena do Xingu (TIX), dez anos de trabalho coletando sementes para reflorestar as nascentes dos rios Xingu e Araguaia, no Mato Grosso, e o que mais o branco tiver desmatado no Cerrado e na Amazônia. A festa foi preparada por 43 jovens Ikpeng entre cozinha, limpeza e transporte. Mais de 150 pessoas estiveram presentes, com comitivas Wauja, Kawaiweté, Matipu, todas do TIX, e Xavante, da Terra Indígena Pimentel Barbosa (MT), bem como os coletores de sementes dos assentamentos de Bordolândia, São Félix do Araguaia e Canabrava do Norte (MT).

Ao longo desses 10 anos, foram coletadas 3,2 toneladas de sementes florestais que geraram R\$

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2JsJ3wj>

105 mil em renda direta para as 65 mulheres participantes do Movimento



© CAROL QUINTANILHA/ISA

*Makawa Ikpeng levanta quadro com os dizeres "As mulheres Yarang reflorestando o mundo"*

das Yarang, que faz parte da Associação Rede de Sementes do Xingu (ARSX). Esse trabalho duro já resultou em um plantio aproximado de 1 milhão de árvores. Com a renda gerada com a venda de sementes, as Yarang já compraram um barco, uma bicicleta com carroça, um fogão, um tratamento dentário, exames médicos e objetos para o dia a dia nas aldeias.

## Fortalecimento dos parceiros locais

### Diversidade linguística Yanomami é reconhecida

Yanomami, sanöma, ninam, yanomam, ãaroamë, yãnoma. São as seis línguas faladas na maior Terra Indígena no Brasil, por um dos grupos mais relevantes ao patrimônio etnolinguístico nacional: os Yanomami.

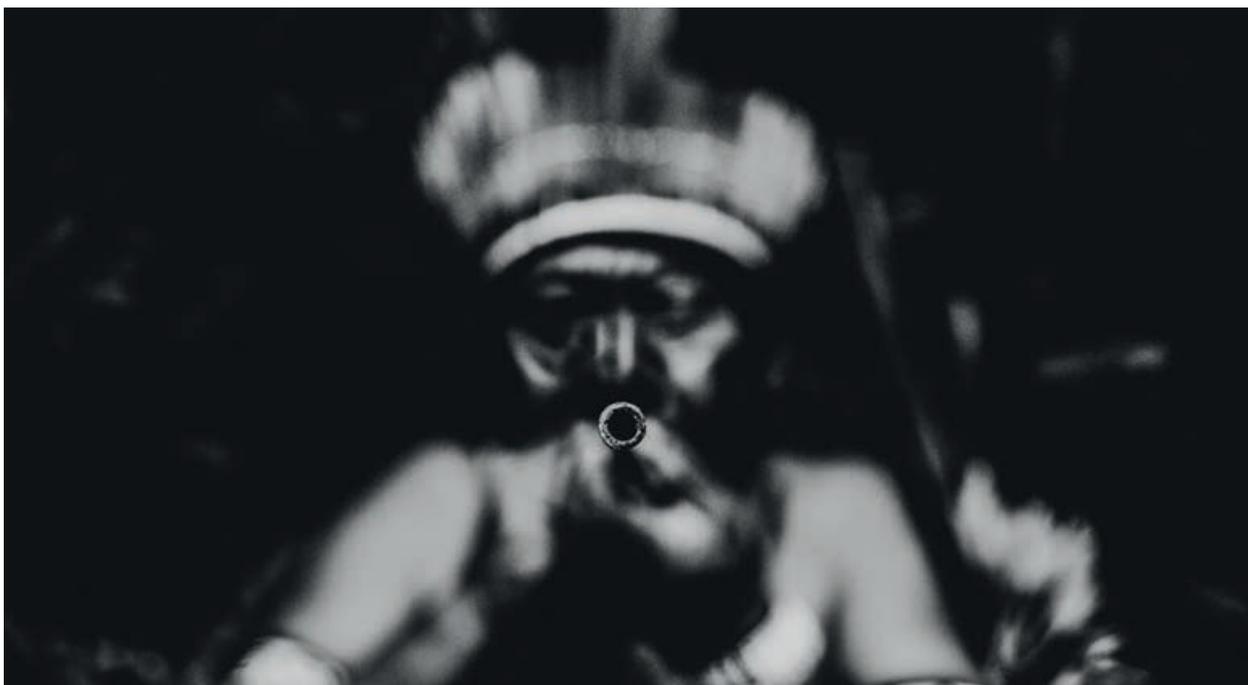
Em 2019, Ano Internacional das Línguas Indígenas para a Unesco, o projeto "Diversidade Linguística na Terra Indígena Yanomami" divulga os produtos de uma pesquisa, desenvolvida pelo ISA em

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2RJ8gmP>

parceria com a Hutukara e outras associações yanomami, que identificou uma

nova língua falada por este povo no país: o yãnoma. Financiado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o projeto faz um perfil de cada língua da família yanomami, apresentando um panorama histórico e sociolinguístico dos grupos que as falam e apontando as semelhanças e diferenças gramaticais que as caracterizam.

O projeto avaliou também como está a saúde dos idiomas dessa família linguística, identificando as principais ameaças a que estão submetidos, principalmente devido à intensificação do contato com não indígenas.



© AZUL SERRA/ISA

*O líder Davi Kopenawa Yanomami durante as filmagens da campanha #PovosDaFloresta*

## Indígenas, ribeirinhos, extrativistas e quilombolas se unem na campanha #PovosDaFloresta

Em abril, ao completar 25 anos, o Instituto Socioambiental (ISA) lançou a campanha #PovosDaFloresta com um recado de indígenas, ribeirinhos, extrativistas e quilombolas dirigido ao governo, políticos, empresários, madeireiros, grileiros e invasores de terras: “Vamos seguir resistindo”. Essa é uma das principais mensagens da campanha do ISA e parceiros, com veiculação na Internet, TV e cinemas, pedindo apoio na luta pela proteção do patrimônio ambiental brasileiro e em defesa dos direitos dos povos indígenas e populações tradicionais.

Protagonizada por 25 lideranças de nove povos indígenas da Amazônia, comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (SP) e ribeirinhas da Terra do Meio, no Pará, a campanha saúda com força e beleza a diversidade de povos que vivem e protegem as florestas e lembra que são as matas regulam o clima, produzem a chuva para a agricultura e abrigam a maior biodiversidade do

planeta, potencial fonte de novos medicamentos e curas.

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/33NKttk>



© ACERVO ISA



© DANIEL KLAMIC/PRODIGO

*No alto: staff e elenco que trabalhou na produção do filme em Presidente Figueiredo (AM). Acima: lideranças femininas nas gravações da campanha*



© RAFAEL HUPSEL/ISA

Plateia lotada nas comemorações dos 25 anos na Unibes Cultural, em São Paulo

### ISA celebra 25 anos com ciclo de eventos

Foram oito filmes sobre a crise ambiental e a resistência dos povos da floresta, exibido em julho na Unibes Cultural, em São Paulo, produzidos pelo ISA e seus parceiros. Todos feitos nos últimos anos

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2XGBxBF>

sobre povos indígenas e também por alguns cineastas indígenas.

Dois desses filmes eram inéditos – um sobre as Yarang, mulheres Ikpeng coletoras de sementes no Território Indígena do Xingu e outro sobre índios isolados da Terra Indígena Araribóia (MA), sob crescente ameaça. Entre os demais, todos recém-lançados e abordando temas como energia para comunidades isoladas na Amazônia, mudanças climáticas, territórios sagrados, desmatamento e obras de infraestrutura, alguns foram exibidos pela primeira vez em tela de cinema - gratuitamente.

Todos denunciam os riscos e ameaças aos quais os povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil estão expostos e ao mesmo tempo

mostram sua resistência em um mundo que caminha para o colapso.

Após a exibição do filme sobre os isolados, o ISA lançou o livro *Cercos e Resistência* registrando a situação desses índios no Brasil.



© RAFAEL HUPSEL/ISA

André Villas-Bôas (à esq.) e Beto Ricardo falam sobre a campanha e o livro dos índios isolados

## Raisg mapeia ameaças na maior parte das áreas protegidas da Pan-Amazônia

O alerta é dos especialistas de seis países que formam a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg). Projetos de infraestrutura e planos de investimento ameaçam 68% das áreas protegidas e Terras Indígenas da maior floresta tropical do planeta.

A análise se baseia em mapas que abordam os seguintes temas: intervenções em infraestrutura de transportes (vias), energia (hidrelétricas) e indústrias extrativas (mineração e petróleo), além da frequência de queimadas e desmatamentos. E considera o território da Pan-Amazônia, que envolve oito países mais a Guiana Francesa. Levando em conta apenas mineração e petróleo, 87,2 milhões de hectares, ou 22% dos 390 milhões de hectares oficialmente protegidos, estão sujeitos a ameaça ou pressão. Os mapas também revelam a presença

de hidrelétricas e estradas em áreas protegidas e em

territórios indígenas. Das 272 grandes usinas hidrelétricas da Amazônia – planejadas, em construção ou em operação –, 78 estão nos territórios indígenas e 84 em conflito com diferentes categorias de Unidades de Conservação. Quanto a estradas e rotas, dos 136 mil quilômetros mapeados na região, cerca de 20% (26 mil km) são sobrepostos com áreas protegidas.

A Raisg também traça análises detalhadas por país. No caso da Amazônia brasileira, por exemplo, a maior parte do desmatamento ocorre na proximidade de estradas, e estima-se que aproximadamente 90% da perda de vegetação nativa ocorreu a uma distância de até 100 quilômetros da malha viária.

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2Kzw3FM>



© LILIO CLARETO/ISA, 2017

Áreas desmatadas na Terra Indígena Cachoeira Seca (PA)

### Mapbiomas Amazônia traz imagens inéditas

Em março, o Mapbiomas Amazônia, fruto da parceria entre a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) e o MapBiomas, apresentou mapeamento inédito do uso do solo na bacia amazônica entre 2000 e 2017 nos oito países que a compõem. Nesse período, a Pan-Amazônia perdeu 29,5 milhões de hectares de floresta, o equivalente a área territorial do Equador. E nesse mesmo intervalo de tempo, houve um acréscimo de 41% da área de agropecuária - ainda que a região mantenha 85% da sua vegetação nativa. Pela primeira vez, toda a bacia amazônica, em seus oito países, tem uma ferramenta de monitoramento da cobertura e uso do solo. A plataforma permite o acompanhamento e análise das transformações em um território de 8.449.321 km<sup>2</sup> entre os anos 2000 e 2017, como desmatamento, degradação da floresta e expansão de atividades econômicas.

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2LHqjkk>

## Filme Xingu, o rio que pulsa em nós vence festival Anima Mundi

O curta “Xingu, o rio que pulsa em nós” foi premiado no Anima-Mundi, o maior festival de animação da América Latina. Mais de 300 filmes de 40 países diferentes fizeram parte da 27ª edição da mostra, que aconteceu no final de julho, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

O filme, que venceu na categoria “Portfólio”, denuncia os impactos da hidrelétrica de Belo Monte no rio e sobre os povos que vivem na Volta Grande do Xingu, no Pará. A animação foi produzida pelo Instituto Socioambiental (ISA) em parceria com a Associação Yudjá Miratu da Volta Grande do Xingu (Aymix) e Universidade Federal do Pará (UFPA). A categoria “Portfólio” engloba trabalhos de animação feitos por encomenda para propaganda, filmes institucionais, videoclipe, entre outros. Com o barramento definitivo do Xingu em 2015, a quantidade, velocidade e nível da água na região não derivam mais do fluxo natural do rio, mas sim da concessionária da usina de Belo Monte: a Norte Energia.

Por meio do chamado “Hidrograma de Consenso”, a empresa vai controlar o volume de água que passará pelas comportas da usina,

descendo pela Volta Grande do Xingu. Os índios Juruna (Yudjá) que vivem na Terra Indígena Paquichamba e são conhecidos como “o povo do rio”, monitoram a região desde 2013 e alertam para os riscos dessa mudança: o desaparecimento de espécies de plantas e animais, algumas delas endêmicas, e as consequências para a sobrevivência de seu povo.

Os indígenas já comprovaram que o hidrograma proposto é insuficiente para manter a vida

na região e exigem que seja revisto. Segundo eles a medida deveria ser chamada “hidrograma de conflito”. O resultado do estudo está

presente no livro “Xingu, o rio que pulsa em nós”, lançado em agosto de 2018 e no vídeo de animação de mesmo nome, agora premiado.

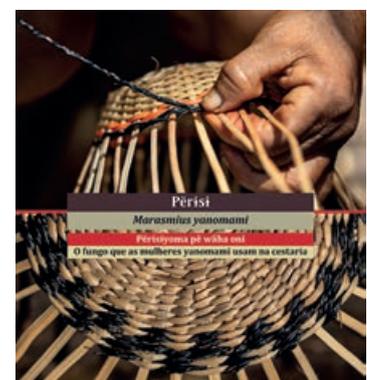
**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2UuBPvp>



## Curtas

### Mulheres yanomami apresentam nova espécie de fungo

*Përisi, livro lançado pela Associação de Mulheres Yanomami Kumirãyōma, apresenta o fungo utilizado pelas Yanomami na cestaria trançada com cipó que elas produzem. A publicação resulta de uma pesquisa intercultural e traz a potência do conhecimento tradicional indígena junto com a ciência, além de ampliar perspectivas e ajudar a fortalecer a cultura Yanomami. São elas que explicam como coletam e usam o fungo (Marasmius yanomami sp. nov.), o Përisi, em yanomami e em português. Produzido em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA) e com a colaboração do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), o livro faz parte da série “Saberes da Floresta Yanomami”, que apresentou recentemente o conhecimento tradicional dos Yanomami sobre peixes, crustáceos e cogumelos.*



**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2TYDh91>



© MARCOS AMEND

Aldeia Ariabu com Serra das Cachoeiras ao fundo, na Terra Indígena Yanomami (AM)

## ISA apresenta sistema de indicadores sobre Terras Indígenas

O recém-lançado Sistema de Indicadores elaborado pelo Instituto Socioambiental traz um panorama da situação das Terras Indígenas (TIs) na Amazônia Legal. É o Terras +, que utiliza informações como presença de invasores ilegais, de projetos de infraestrutura e etapas de demarcação para avaliar a condição de 361 Terras Indígenas na região.

É a primeira vez que uma plataforma permite comparações sistemáticas entre a situação das diferentes terras e, ao mesmo tempo, fornece um conjunto objetivo de informações sobre esses territórios. A meta é que este sistema possa, em breve, ser aplicado às Terras Indígenas de todo o Brasil. São sete indicadores que avaliam o estágio no processo de demarcação, a deterioração da floresta na TI e no entorno, as invasões por garimpeiros, madeireiros, os conflitos fundiários, a pressão por obras, a presença de obras planejadas e governança indígena.

A nota de cada um deles varia de 0 a 1 (sendo 1 a mais alta), similar ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Com o site, foi lançado o Mapa Socioambiental, site que reúne os principais mapas e informações da base de dados do Instituto Socioambiental (ISA). Informações de Terras Indígenas, Unidades de Conservação e as principais ameaças que incidem

sobre essas áreas podem ser consultadas e visualizadas pelo usuário, que pode criar e compartilhar seus próprios mapas.

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2XiwdWh>

### Curtas

#### Site único reúne mil UCs no Brasil

A maior base de dados consolidados sobre Unidades de Conservação (UCs) no Brasil está de cara nova. O Programa Monitoramento de Áreas Protegidas do Instituto Socioambiental (ISA) lançou novo site sobre o tema, atualizado, reunindo informações sobre aproximadamente mil UCs federais e estaduais no Brasil. “Em um momento em que vários espaços de participação social estão fragilizados, uma plataforma cujo intuito é ser um observatório da sociedade civil torna-se ainda mais importante”, diz Sílvia Futada, pesquisadora do ISA. A disponibilização de dados consistentes, contínua e transparente é indispensável para o acompanhamento e avaliação das políticas públicas. O site é o único no Brasil que reúne um painel consolidado de UCs federais e estaduais, gerado a partir de base cartográfica própria, o que permite uma visão geral da implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc).

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2TTigLf>





© IDEFLOR-BIO

APA Triunfo do Xingu, a Área Protegida mais desmatada em maio e junho

## Sirad X flagra desmatamento descontrolado no Xingu

De janeiro a julho de 2019 o monitoramento realizado pelo Sirad X da Rede Xingu + registrou 92.198,43 ha desmatados em toda a Bacia do Xingu (MT/PA). A grilagem, a pecuária, o garimpo, a abertura de estradas ilegais, além das declarações do governo, incentivando atividades

ilegais, podem ser responsabilizados por essa destruição. Para se ter uma ideia, só entre maio e junho, uma área maior do que o município de Belo Horizonte (MG) foi desmatada na Bacia do Xingu: 39 mil hectares de floresta, em um ritmo de 533 árvores por minuto. A diminuição das chuvas no Pará foi um dos fatores de intensificação do desmatamento no estado. As análises das imagens revelam ainda que a Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, no sudeste paraense, foi a Área Protegida mais desmatada em maio e junho, com 14.891 hectares de floresta derrubada. Nesses meses, a APA concentrou 38% do desmatamento na Bacia do Xingu e 46% a mais em relação ao mesmo período do ano passado. Ao todo, já teve 36% da sua área florestal convertida para outros usos – como pecuária e mineração.

**Antecedentes** – Entre os anos 1990 e 2000, a Terra do Meio foi uma das regiões com maior incidência de grilagem no Brasil. Madeireiros começaram a invadir a região, atraindo grileiros que tomavam ilegalmente grandes porções de terra. Com a criação de Unidades de Conservação e demarcação de Terras Indígenas no território formando o mosaico de Áreas Protegidas da Terra do Meio, o avanço do desmatamento e a violência arrefeceram. A região da APA, no entanto, permaneceu vulnerável.

### Através das nuvens

Os dados mencionados acima estão do 13º boletim Sirad X, o sistema de monitoramento de desmatamento da Rede Xingu +, uma articulação de indígenas, ribeirinhos e seus parceiros que vivem ou atuam na Bacia do Xingu. Acesse aqui <https://isa.to/31aljTt>. Em 2017, a Agência Espacial Europeia (ESA) passou a disponibilizar gratuitamente informações sobre a Amazônia brasileira usando o satélite Sentinel-1, que transporta um sistema de radar orbital que permite “enxergar” através das nuvens e gerar imagens de alta qualidade. O Sirad X consiste em uma série de algoritmos que processam as informações do Satélite Sentinel-1. Opera em uma plataforma chamada Google Earth Engine (GEE), que processa rapidamente grandes quantidades de informação na nuvem. A equipe de analistas da Rede Xingu+ examina cada local da bacia procurando visualmente por anomalias nas imagens produzidas.

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/312lcZX>



© ROGÉRIO ASSIS/ISA

Vista aérea de garimpos ilegais e clandestinos na TI Yanomami, próximo a comunidade Ye'kwana (julho de 2018)

## Povo Yanomami luta contra a explosão do garimpo

A Terra Indígena Yanomami (AM/RR) vem assistindo à explosão da extração ilegal de ouro que se alastra por todo o território, contaminando rios e degradando a floresta. Os índios calculam que sejam cerca de 15 mil garimpeiros, o maior número registrado até hoje. Quando em janeiro o Exército desativou as bases de proteção nos rios Uraricoera e Mucajá, as principais entradas para a Terra Indígena, a invasão se intensificou. Nos três últimos anos, a presença do Exército foi fundamental para inibir a entrada de garimpeiros. Em 2018, foi responsável pela saída de mais de 1.500 garimpeiros do Rio Uraricoera. Porém, desde dezembro, com o abandono das bases, os garimpeiros retomaram a invasão em ritmo acelerado.

O garimpo traz doenças, violência, desmatamento, assoreamento dos rios e contaminação por mercúrio e outros metais pesados. Maior do país, a Terra Indígena Yanomami abriga os povos Yanomami e Ye'kwana, além de 96.650 km<sup>2</sup> de florestas protegidas e 43.614 km de rede de drenagem (rios e igarapés). A situação se agrava devido à presen-

ça de povos indígenas isolados em áreas muito próximas a registros de garimpo. Diante da gra-

vidade da situação, as lideranças indígenas Davi Kopenawa, presidente da Hutukara Associação Yanomami, e Júlio Ye'kwana, presidente da Seduume – Associação Wanasseduume Ye'kwana, reuniram-se em abril com o comandante da 1ª Brigada de Infantaria da Selva, general Márcio Bessa, pedindo a volta da fiscalização permanente. Durante a audiência, as lideranças informaram que o garimpo ilegal nunca esteve em situação tão alarmante desde a demarcação da Terra Indígena, em maio de 1992. Em maio último, os Yanomami e Ye'kwana foram a Brasília pedir que o Estado cumpra seu papel no combate à criminalidade na Terra Indígena Yanomami. Estiveram no Ibama, Funai, Ministério da Justiça, Ministério da Defesa, Ministério Público Federal e na Secretaria de Governo e mais uma vez, disseram que não querem o garimpo em suas terras. As consequências da invasão garimpeira já são sentidas na capital de Roraima, Boa Vista, com a contaminação das águas que chegam na cidade e que viajam 570 km desde o primeiro garimpo da TI Yanomami. A turbidez das águas do Mucajá e Uraricoera, principais rios da Terra Indígena, está em nível muito acima do esperado para essa época do ano. Esses dois rios formam o Rio Branco, que corta a cidade de Boa Vista.

### SAIBA MAIS EM:

<https://isa.to/2ZuVopp> e  
<https://isa.to/2KPZTj>

## Xinguanos entregam ao governo plano de consulta inédito

Vinte lideranças indígenas do Xingu estiveram em Brasília em junho para dizer ao governo de que forma devem ser discutidos os estudos de impacto ambiental da rodovia BR-242 e da Ferrovia de Integração do Centro Oeste, a Ferrogrão, que cortam a fronteira sul do Território Indígena do Xingu (MT).

Em audiência pública, realizada na Câmara dos Deputados, os indígenas apresentaram um plano de consulta para discutir os impactos cumulativos das duas obras sobre seu território. Foi a primeira vez que um povo indígena colocou uma proposta de consulta na escala regional abrangendo mais de uma obra de infraestrutura e a partir de seu próprio Protocolo de Consulta, já formalizado, no qual descrevem de que forma o governo deve consultá-los sobre qualquer decisão que afete suas vidas. Agora, colocam na mesa os detalhes de como isso deve acontecer no caso da rodovia BR-242 e da Ferrogrão.

Eles pretendem discutir em um único processo de consulta as medidas de mitigação, visando evitar redundâncias que não contribuem com a efetividade no combate aos impactos. O governo, representado

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2JaffEv>



Ianukula Kaiabi Suia (à esq.) apresenta plano de consulta da BR-242 e Ferrogrão na Câmara dos Deputados

pelo Ministério da Infraestrutura, se comprometeu a acatar a proposta feita pelos indígenas e criou um Grupo de Trabalho que dará continuidade ao diálogo.

### PANARÁ CONSTRÓEM SEU PROTOCOLO

Também em junho, os índios Panará, da Terra Indígena Panará (MT/PA), participaram de oficina para debater o direito à Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado e iniciar a elaboração de seu protocolo de consulta.

Na aldeia Nãsepotiti, Kunity Metuktire Panará explicou a um grupo de 60 pessoas os direitos que eles têm de ser consultados sobre qualquer decisão que os impacte.

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2JaffEv>



Kunity Metuktire Panará explica os direitos que os índios têm de ser consultados

Ele explicou que protocolos são as regras que detalham a organização social e a representação política de cada povo e definem a forma como cada um deve ser consultado antes que seja tomada qualquer decisão que possa impactar seus direitos. Construção de obras, novas leis, por exemplo, devem passar por processo de consulta. Já existem 11 Protocolos feitos por povos indígenas no Brasil, e chegou a vez dos Panará. O exercício da consulta deve se traduzir em um diálogo honesto entre o Estado e os povos indígenas – e o Protocolo é o instrumento utilizado para isso.



© LEO OTERO/ANI

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2V6Pckd> e  
<https://isa.to/30HetFv>

Indígenas marcham pela Esplanada dos Ministérios, em Brasília, durante o ATL

## Manifesto indígena exige garantia de direitos constitucionais

O Acampamento Terra Livre (ATL) que aconteceu em abril, em Brasília, foi um exemplo de resistência às ameaças constantes do governo brasileiro.

Em três dias de mobilização, os quatro mil indígenas que participaram do acampamento obtiveram conquistas importantes, como o comprometimento dos presidentes da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ) e do Senado Davi Alcolumbre (DEM-AP) de reverter as alterações na estrutura do Executivo para demarcações de Terras Indígenas, feitas pelo governo Bolsonaro por meio da Medida Provisória (MP) 870. Também encheram a Esplanada dos Ministérios com uma marcha histórica em defesa de

seus direitos constitucionais, marcando posição pela manutenção da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), ameaçada de ser transferida do âmbito federal para o municipal e contra a MP 870, que promoveu uma reestruturação ministerial. Por ela, a competência das demarcações de Terras Indígenas e o licenciamento ambiental de empreendimentos que afetam territórios tradicionalmente ocupados foram transferidos para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A mesma MP transferia a Funai para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Ao fim das atividades, divulgaram manifesto, expondo suas principais reivindicações. Em maio, durante o processo de conversão da MP em lei o Congresso Nacional atribuiu a competência para tratar sobre “direitos dos índios” ao Ministério da Justiça e suprimiu a possibilidade do MAPA demarcar TIs. Com isso a Funai deveria voltar ao MJ, com todas as suas competências, inclusive a de demarcar terras indígenas. Na semana seguinte, o Senado referendou a decisão da Câmara.



© LUIS MACEDO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputados decidem que Funai permanece no MJ

**LEIA EDITORIAL DO ISA SOBRE A MOBILIZAÇÃO:**  
<https://isa.to/2VgyoHF>



© MARCELO COUTINHO/ISA

Lideranças indígenas da TI Yanomami entregam PGTA ao governo federal

## Yanomami e Ye'kwana entregam seu plano de gestão ao governo

Depois quatro anos de construção coletiva, o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) dos Yanomami e Ye'kwana foi entregue ao governo federal, em Brasília e Manaus.

Davi Kopenawa Yanomami acompanhado por outros sete diretores das principais associações da Terra Indígena Yanomami (AM/RR) percorreu 13 órgãos federais. Eles levaram, em mãos, o PGTA, documento construído com a participação de pelo menos 100 indígenas e considerado por eles o acordo coletivo mais importante para o futuro das 26 mil pessoas que vivem na Terra Indígena.

Com o PGTA, eles entregaram o Protocolo de Consulta Yanomami, que detalha a organização social e a representação política de cada povo e define a forma como eles devem ser consultados antes que seja tomada qualquer decisão que possa impactar seus direitos.

Os Yanomami vêm enfrentando a maior invasão garimpeira em sua terra desde a homologação em 1992. O combate ao garimpo é a principal demanda ao governo (veja à pág. 14). No documento, eles pedem a destruição da infraestrutura do garimpo na Terra Indígena, bases de proteção territorial em locais estratégicos, investigação e punição para quem financia a atividade.

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/31fkRDI>

### Curtas

#### Rejeitada a revisão do Código Florestal

De 35 emendas apresentadas por parlamentares à Medida Provisória 867/2018, ao menos 30 tratavam de questões não relacionadas diretamente ao assunto - a prorrogação do prazo até 31 de dezembro de 2019 para adesão aos Programas de Regularização Ambiental (PRAs). São os chamados "contrabandos legislativos" ou "jabutis". As propostas contidas na MP 867/2018 passavam pela redução drástica da Reserva Legal em quatro biomas, pela concessão de novas anistias para multas ambientais (desmatamentos ilegais), até a permissão de construção de aterros sanitários em Áreas de Preservação Permanente (APPs). Na prática, uma revisão do Código Florestal, em vigor desde 2012. Com apoio da bancada ruralista a Comissão Mista que analisava a matéria aprovou o relatório. Colocado em votação na Câmara foi aprovado no final de maio. Na sequência, a MP deveria passar no Senado e ir para sanção presidencial para ser convertida em lei. Entretanto, mesmo antes do fim da sessão na Câmara, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, anunciou que não colocaria a MP em votação, jogando um pá de cal nas intenções dos ruralistas. O consultor jurídico do ISA, Mauricio Guetta, participou da audiência pública na Comissão Mista.

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2VWT9bx> e  
<https://isa.to/34qdcED>



© MARCELO SALAZAR/ISA

Sobrevoo mostra área de queimada na região do Médio Xingu, entre a Volta Grande e a TI Ituna Itatá

## A resistência ao desmonte das políticas socioambientais sob Bolsonaro

Desde que o governo Bolsonaro teve início e com ele um vertiginoso desmonte de políticas socioambientais, o ISA escreveu e publicou editoriais e artigos de opinião na grande imprensa e em sites de jornais estrangeiros, como o *El País*.

A reforma ministerial empreendida por meio da MP 870 deu origem a uma série de reportagens apurada pelo PPDS. As matérias revelaram o esvaziamento e subordinação de órgãos de defesa do meio ambiente, de indígenas e quilombolas. Vale registrar que ao longo do primeiro semestre algumas das medidas polêmicas contidas na MP 870 acabaram sendo alteradas, a exemplo da mudança do órgão responsável pela demarcação de Terras Indígenas.

Veja a seguir um resumo de algumas das medidas adotadas nos primeiros meses do novo governo.

### SAIBA MAIS EM:

<https://isa.to/2nzyJds> e  
<https://isa.to/2YcWmWI>

### 100 DIAS DE RETROCESSOS

Em abril, em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, o ISA avaliou e criticou as medidas de Bolsonaro. “O presidente da República, seus filhos e alguns ministros encarregam-se de promover conflitos simultâneos, inclusive fomentando de



© REPRODUÇÃO

Fac-símile de artigo do ISA no site do jornal Folha de S. Paulo

forma gratuita acusações entre facções que, supostamente, apoiam-no. Com viés ideológico bizarro, ministérios e políticas inteiros não apenas são desmontados, mas reduzidos ao ridículo”, dizia o texto de André Villas-Bôas, secretário executivo do ISA.

No mês da Mobilização Nacional Indígena e do Acampamento Terra Livre em Brasília, um artigo publicado no *Correio Braziliense*, da advogada do ISA Juliana de Paula Batista denunciou propostas e tentativas do governo de mudar o estatuto legal dos territórios indígenas para abri-los ao agronegócio.

### SAIBA MAIS EM:

<https://bit.ly/32YwzTY> e  
<https://isa.to/2ZO4Qom>



© MÍDIA NINJA/MINI

Faixa do Acampamento Terra Livre no Congresso Nacional



© MARCÍLIO CAVALCANTE/ISA

Sinalização na BR-174, que corta a TI Waimiri-Atroari

## O VAI-E-DEM DA FUNAI

O órgão federal que passaria ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, acabou ficando mesmo no Ministério da Justiça, depois de muitas idas e vindas. Da mesma forma, a demarcação de Terras Indígenas, que o presidente Bolsonaro queria que ficasse a cargo do Ministério da Agricultura e Pecuária, terminou ficando na Funai, como sempre foi, por decisão do Congresso.

## LINHÃO WAIMIRI-ATROARI

Em fevereiro, o ISA defendeu a consulta aos indígenas Waimiri-Atroari sobre a construção da linha de transmissão de energia entre Manaus (AM) e Boa Vista (RR), que corta seu território. O governo afirma que levará o projeto adiante, invocando razões de segurança nacional para atropelar os índios e a Justiça Federal.

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2mDHK4Q>



© RICARDO ABAD/ISA

Entre março e abril, 78% do desmatamento na porção mato-grossense da Bacia do Xingu foi ilegal

## MAU AMBIENTE

Em 5 de junho, quando se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, artigo de Márcio Santilli publicado no site do jornal *El País* denunciou a irresponsabilidade ambiental sem precedentes do governo Bolsonaro.

**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/34QMIMT>

**SOCIOAMBIENTAL SE ESCREVE JUNTO!**

Junte-se ao ISA e apoie a luta pela defesa dos direitos indígenas e da diversidade socioambiental

[www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)

# ISA doa acervo para recompor biblioteca do Museu Nacional

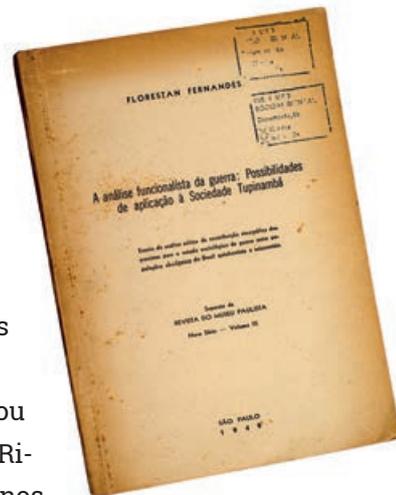
Publicações, livros e periódicos do acervo do Instituto Socioambiental, reunidos desde 1969, foram doados e ajudarão a reconstrução da Biblioteca Francisca Keller, do Museu Nacional da UFRJ, totalmente destruída em incêndio no ano passado.

São 3.873 livros, 206 teses e dissertações e 177 coleções de periódicos sobre povos indígenas, populações tradicionais, meio ambiente e temas relacionados. As 104 cai-

xas enviadas ao Rio de Janeiro continuam publicações raras de Antropologia, como a edição da Revista do Museu Paulista, da USP, de 1949, com o ensaio de Florestan Fernandes sobre os Tupinambá.

A coleção do ISA começou com uma iniciativa de Beto Ricardo e Fany Ricardo nos anos 1970, que, ainda na graduação de Ciências Sociais, na Universidade de São Paulo, começaram a colecionar uma bibliografia importante sobre o tema. Esse acervo inicial foi institucionalizado com a fundação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), em 1974, e a formação do programa Povos Indígenas no Brasil.

Todo o acervo foi incorporado ao ISA na sua fundação, em 1994, e potencializado com novas obras. “A coleção do ISA vai ser um carro chefe da nova biblioteca, uma das maiores doações”, afirma Carlos Fausto, membro da Comissão de Reconstrução da Biblioteca Francisca Keller (BFK), do Museu Nacional.



**SAIBA MAIS EM:**  
<https://isa.to/2ISmMaF>



*Incêndio de proporções ainda incalculáveis atingiu o Museu Nacional do Rio de Janeiro em setembro de 2018*



**INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL** Conselho Diretor: Deborah de Magalhães Lima (presidente), Marina Kahn (vice-presidente), Beto Ricardo e Leão Serva. Secretário Executivo: André Villas-Bôas.

**BOLETIM SOCIOAMBIENTAL** Comunicação: Bruno Weis (coordenador). Edição: Maria Inês Zanchetta – editora (MTB 11.616-SP). Jornalistas: Clara Roman, Isabel Harari, Juliana Radler, Letícia Leite, Oswaldo Braga de Souza e Roberto Santos Almeida. Ilustrações: Rubens Matuck. Projeto gráfico e editoração: Ana Cristina Silveira/Anacê Design. Pesquisa de fotos: Maria Inês Zanchetta e Claudio Tavares.

**VISITE NOSSO SITE: [WWW.SOCIOAMBIENTAL.ORG](http://WWW.SOCIOAMBIENTAL.ORG)**

**ISA SÃO PAULO** Av. Higienópolis, 901, 01238-001, São Paulo (SP), tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904, isa@socioambiental.org • **ISA BRASÍLIA** SCLN 210, bloco C, sala 112, 70862-530, Brasília (DF), tel: (61) 3035-5114 / fax: (61) 3035-5121, isadf@socioambiental.org • **ISA MANAUS** Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar, Largo do Teatro, Centro, 69010-230, Manaus (AM), tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502, isamao@socioambiental.org • **ISA BOA VISTA** R. Presidente Costa e Silva, 116, 69390-670, Boa Vista (RR), tel: (95) 3224-7068 / fax: (95) 3224-3441, isabv@socioambiental.org • **ISA SÃO GABRIEL** Rua Projetada, 70, Centro, Caixa Postal 21, 69750-000, São Gabriel da Cachoeira (AM), tel/fax: (97) 3471-1156, isarn@socioambiental.org • **ISA CANARANA** Av. São Paulo, 202, Centro, 78640-000, Canarana (MT), tel: (66) 3478-3491, isaxingu@socioambiental.org • **ISA EL DORADO** Rua João Carneiro dos Santos, 149, casa 1, 11960-000, Eldorado (SP), tel: (13) 3871-1697, isaribeira@socioambiental.org • **ISA ALTAMIRA** Rua dos Missionários, 2589, Explanada do Xingu, 68372-030, Altamira (PA), tel: (93) 3515-5749.